

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.173 - MG  
(2019/0256309-5)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**ADVOGADO : JOÃO PAULO FANUCCHI DE ALMEIDA MELO E OUTRO(S) - MG107124**  
**AGRAVADO : SERGIO BATISTA RIBEIRO FILHO**  
**ADVOGADO : VALÉRIA LUIZA DOS SANTOS - MG106466**

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL E DIREITO CONSUMERISTA. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS POR INSTITUIÇÃO PRIVADA. RELAÇÃO DE CONSUMO. SUJEIÇÃO AO PRINCÍPIO DA DEFESA DO CONSUMIDOR. PAGAMENTO DE VALOR A TÍTULO DE SEMESTRALIDADE INDEPENDENTE DA CARGA HORÁRIA E DO NÚMERO DE DISCIPLINAS. REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA RECONHECIDA PELO STF. TEMA Nº 547. SUSPENSÃO DO FEITO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

**DECISÃO**

Do agravo interno

A decisão deve ser reconsiderada em virtude da afetação do tema pelo STF.

Assim, **RECONSIDERO** a decisão agravada e passo ao julgamento do agravo em recurso especial.

Do agravo em recurso especial

Discute-se nos autos a (im)possibilidade do contrato de prestação de serviços educacionais estabelecer que o pagamento da mensalidade seja efetuado de forma proporcional à quantidade de disciplinas cursadas pelos alunos.

O Plenário do STF, aos 24/5/2012, por maioria, nos autos do RE nº

641.005/PE – posteriormente substituído pelo ARE nº 798.908/SP –, reconheceu a existência de repercussão geral da matéria relativa a definição dos limites da autonomia universitária conferida à instituição privada que presta serviços educacionais, em face do princípio da defesa do consumidor, corolário da ordem econômica, à luz do disposto nos arts. 170, V, 207, *caput*, e 209, todos da CF, obstando por ora a apreciação, por esta Corte, dos recursos que versam sobre tal controvérsia.

Assim, por medida de economia processual, e também para evitar decisões dissonantes entre o STF e este STJ, impõe-se a devolução dos autos ao TJMG para lá aguardar o desfecho do recurso extraordinário afetado.

Nesse mesmo entendimento, vejam-se os julgados do Excelso Pretório:

*EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE) INCIDENTES SOBRE REMESSAS AO EXTERIOR. LEIS 10.168/2000 E 10.332/2001. AFETAÇÃO SUPERVENIENTE DO TEMA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL.*

*1. No âmbito do Plenário Virtual, o Supremo Tribunal Federal decidiu por maioria afetar a presente controvérsia à sistemática da repercussão geral em momento posterior ao julgamento do acórdão recorrido. Tema 914: RE-RG 928.943, de relatoria do Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 13.09.2016.*

*2. Em decorrência de fato jurídico superveniente, a sistemática de precedentes obrigatórios impõe a devolução ao Tribunal de origem dos presentes autos para que o feito seja sobrestado até a definição do mérito do Tema.*

*3. Embargos de declaração providos, para fins de infirmar a cadeia processual construída em sede extraordinária no presente processo e determinar a devolução dos autos à origem, nos termos dos arts. 1.036 do CPC/15 e 328 do RISTF.*

(ARE 934.095/RJ AgR-ED-ED, Relator Ministro EDSON FACHIN, Primeira Turma, DJe 22/11/2016 - sem destaques no original)

*EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REGÊNCIA: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/1973. ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: ART. 32 DA LEI N. 9.656/1998: INEXISTÊNCIA DE CONTRARIEDADE À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APLICAÇÃO DA TABELA*

# *Superior Tribunal de Justiça*

ÚNICA NACIONAL DE EQUIVALÊNCIA DE  
PROCEDIMENTOS - TUNEP.

1. *Repercussão geral do tema reconhecida no Recurso Extraordinário n. 597.064.*

2. *Embargos de declaração acolhidos para, atribuindo-lhes efeitos infringentes, anular o acórdão embargado e determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para que se observe o disposto no art. 543-B do Código de Processo Civil.*

(RE 601.804/RJ AgR-ED-ED, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe 27/9/2016 - sem destaques no original)

Nessas condições, **DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS** ao Tribunal mineiro, com a devida baixa nesta Corte, para que lá permaneçam suspensos até o julgamento do ARE nº 798.908/SP, observando-se, em seguida, a sistemática prevista nos arts. 1.039 e 1.040, ambos do NCPC.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator